

A POLÍTICA NAS CONFERÊNCIAS LATINO-AMERICANAS: VOZ PROFÉTICA DA IGREJA

*The Political Dimension of the Latin American Conferences:
The Prophetic Voice of the Church*

Ricardo Rossato *

rossato2020@gmail.com

*Graduado em Filosofia (1970) e Teologia (1970) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), bem como em Estudos Sociais (1972) e Ciências Sociais (1972) pela mesma instituição. Possui ainda graduação em Filosofia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ (1970). É especialista em Demografia pela *Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne* (1975), em Teoria da Educação pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (1981) e em Administração Universitária pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas (1990). Concluiu o mestrado (1976) e o doutorado em Demografia (1978) pela *Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne*. Realizou pós-doutorado pela *Université du Québec* (1994) e pela UNESCO (2001). Atualmente é professor titular das Faculdades Palotinas, integrando o corpo editorial da Revista de Ciências Humanas (Frederico Westphalen), da revista *Percursos* e da revista *Litterarius*. É Diácono Permanente e exerceu também a função de Chanceler da Arquidiocese de Santa Maria (RS).

Recebido em: 11/03/2026

Aprovado em: 13/05/2026



Este artigo está licenciado com a licença:
Creative Commons Attribution-
NonCommercial No Derivatives 4.0 Inter-
national License

Resumo: O presente artigo analisa a dimensão política das Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, realizadas no âmbito do CELAM, destacando o caráter profético da Igreja na história recente da América Latina. A partir de uma leitura histórico-crítica e teológico-pastoral, o estudo percorre as Conferências de Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007), situando cada uma em seu respectivo contexto sociopolítico, econômico e cultural. Evidencia-se como a Igreja latino-americana, especialmente nas décadas marcadas por ditaduras militares, desigualdades estruturais e violação sistemática dos direitos humanos, assumiu uma postura profética de denúncia das estruturas de pecado, da violência institucionalizada e da exclusão social, bem como de anúncio de caminhos de libertação, justiça e paz. A opção preferencial pelos pobres emerge como eixo transversal e constitutivo da ação evangelizadora, fundamentada no Evangelho, na Doutrina Social da Igreja e na recepção criativa do Concílio Vaticano II. O artigo demonstra ainda as mudanças de enfoque ao longo do tempo, desde a forte denúncia estrutural em Medellín e Puebla, passando pela contenção institucional em Santo Domingo, até a retomada crítica e missionária em Aparecida, reafirmando o compromisso da Igreja com a dignidade humana, a participação cidadã, o bem comum e a transformação social à luz da fé cristã.

Palavras-chave: Igreja na América Latina; CELAM; Profetismo; Opção preferencial pelos pobres; fé e política

Abstract: This article analyzes the political dimension of the General Conferences of the Latin American and Caribbean Episcopate, held within the framework of the Latin American Episcopal Council (CELAM), highlighting the prophetic character of the Church in the recent history of Latin America. Through a historical-critical and theological-pastoral approach, the study examines the Conferences of Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992), and Aparecida (2007), situating each within its respective sociopolitical, economic, and cultural context. It demonstrates how the Latin American Church—particularly during decades marked by military dictatorships, structural inequalities, and systematic human rights violations—assumed a prophetic stance of denouncing structures of sin, institutionalized violence, and social exclusion, while proclaiming paths of liberation, justice, and peace. The preferential option for the poor emerges as a transversal and constitutive axis of evangelizing action, grounded in the Gospel, the Church's Social Doctrine, and

the creative reception of the Second Vatican Council. The article further identifies shifts in emphasis over time, from the strong structural denunciation in Medellín and Puebla, through the institutional restraint of Santo Domingo, to the renewed critical and missionary impetus in Aparecida, reaffirming the Church's commitment to human dignity, civic participation, the common good, and social transformation in light of Christian faith.

Keywords: Church in Latin America; Latin American Episcopal Council (CELAM); prophetic witness; preferential option for the poor; faith and politics.

1. UMA PALAVRA INTRODUTÓRIA

Cabe num primeiro momento destacar a relevância do tema dentro do contexto da América Latina e uma caminhada absolutamente original realizada nesta parte do mundo pela Igreja Católica. Seu caráter profético assume formas únicas no conjunto da Igreja mundial, com riquezas e também com fragilidades assumidas claramente pelas Conferências. Pode-se afirmar que de fato o CELAM emerge como uma instituição profundamente presente a partir da Conferência de Medellín. Fundado antes do Concílio Vaticano em 1955, é a partir desta Conferência que se torna realmente relevante seu papel na realidade latino-americana e mesmo mundial, dado o impacto que seus documentos terão para toda a Igreja. Desde a Conferência de Medellín em 1968, sob os cinco papas que ocuparam a cátedra de Pedro até o momento atual, todos não só conheceram ou atuaram diretamente na abertura, mas também mencionaram e referenciaram em vários documentos oficiais para toda a Igreja, as contribuições da Igreja desta parte do mundo.

Para uma região que esteve por mais de três séculos sob a dependência do colonialismo europeu e que progressivamente conseguiu uma independência política, mas que somente na segunda metade do século XX atingiu uma menor dependência econômica (neocolonialismo) e foi palco de disputas e longas dominações, a política teve uma dinâmica própria com muita dor e sofrimento. Estes fatores refletem diretamente na Igreja que se sente profundamente identificada com seu povo como mostra sua história ao longo dos séculos, desde Bartolomeo de Las Casas, Antón de Montesinos até São Oscar Romero e inúmeros outros. As conferências do CELAM ouviram o clamor destes povos e manifestaram em determinados momentos com bastante vigor um apelo em favor dos oprimidos e sofredores. Tentarei demonstrar como em alguns momentos sua voz profética ergueu-se solitária contrarregimes autocráticos e autoritários em defesa dos direitos humanos e de dignidade para todos os filhos desta terra. A dominação das oligarquias políticas tradicionais implantou estruturas políticas que criaram sociedades profundamente desiguais. Estes fenômenos aparecem em momentos distintos das Conferências do CELAM.

A opção preferencial pelos pobres tornou-se a espinha dorsal da expressão pastoral e uma denúncia das condições sociais de milhões de latino-americanos. O profetismo assumiu uma dupla dimensão: condenar as estruturas de pecado e propor caminhos de transformação. Fundamentado no Evangelho e na Doutrina Social da Igreja, aplicando o Concílio Vaticano II, o CELAM deu um rosto próprio aos mesmos na denúncia das injustiças sociais e na busca de transformar uma ordem social secular inaceitável em que emergem contrastes dolorosos de elites muito ricas com milhões de famintos e pobres.

No período pós-conciliar a América latina viveu um momento atípico do ponto de vista político marcado por ditaduras militares, autoritarismo apoiado velada ou abertamente pelos Estados Unidos, numa tentativa de dominação sem paralelos na história recente. A abrangência desta ação atingiu praticamente toda esta região direta ou indiretamente. A Igreja Católica e, portanto, o CELAM, se tornaram, em determinados momentos, praticamente a única voz em defesa dos oprimidos e silenciados nos diferentes países. A atuação política da Igreja assumiu uma grande relevância e, sem dúvidas, graças a este trabalho salvou numerosas vidas, mas também gerou numerosos mártires.

Uma contextualização de cada momento torna-se indispensável uma vez que o panorama sociológico e mesmo teológico na publicação dos diferentes documentos é fundamental, pois a América Latina da época da Conferência de Medellín não é mais a mesma quando foi realizada a Conferência de Aparecida. Para tanto, no presente artigo antes de analisar cada Conferência farei uma breve síntese do momento histórico da mesma, para então apresentar os pontos mais relevantes da inserção política e, por fim, apresentar a dimensão de cada uma das Conferências do Episcopado. Na parte final buscarei apresentar os elementos transversais presentes ao longo destes documentos.

2. MEDELLÍN (1968): A IGREJA DIANTE DAS ESTRUTURAS DE PECADO

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

De modo geral, a América Latina viveu nos anos sessenta e setenta do século passado intenso processo de crescimento demográfico, alguns países se tornaram o epicentro deste processo. As taxas de incremento populacional são muito elevadas e geram aumentos muito significativos do número de habitantes. Ao mesmo tempo acelera-se o processo de urbanização, com intensas migrações internas, rompendo padrões seculares de domínio de população rural herdada do modelo colonial que dominara por séculos esta região. Esta dinâmica de expansão descontrolada das cidades foi acompanhada de um aumento sem precedentes das populações periféricas, muitas em situação de extrema pobreza e miséria. Observou-se um aumento da violência em muitas regiões. Acentuaram-se as desigualdades e verificou-se um verdadeiro processo de desenraizamento cultural, afetando especialmente a estrutura das famílias. Registraram-se, em praticamente toda a América Latina, altas taxas de analfabetismo, baixo acesso ao ensino superior e, até mesmo, importação de modelos educacionais propostos pelos países dominantes, notadamente da América do Norte. As maiores gerações de jovens da história destes países vislumbraram poucas perspectivas.

Em vários países os governos implantaram políticas públicas que geram forte concentração de renda nas mãos de poucos em contraste com multidões de pobres. Naquele momento, acentuaram-se as distâncias entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A estrutura fundiária com grandes proprietários e latifúndios coloniais permaneceu intacta, gerando tensão no mundo rural. Também no campo da economia não se pode deixar de citar o processo de industrialização

que se instaura rapidamente em vários países, trazendo o denominado “progresso”, mas também o sub e o desemprego, acompanhado de salários insuficientes pagos aos trabalhadores, no modelo denominado de modernização dolorosa. O rápido avanço do capital estrangeiro gerou profunda insegurança em todos os setores. A entrada do capital estrangeiro visou reconfigurar o contexto econômico, tentando gerar um neocolonialismo sob o domínio dos países ricos.

Simultaneamente, sob o ponto de vista político, esta região do continente viveu um período de grave instabilidade com o crescimento de governos autoritários instalados através de golpes militares, apoiados especialmente pelos Estados Unidos, fragilizando ainda mais as precárias condições das democracias locais. Sob o manto da Aliança para o Progresso, foram acobertadas ações nos diversos campos, solapando as bases das democracias locais. A implantação do regime comunista em Cuba, no começo da década de sessenta, trouxe para a região o ambiente da guerra fria e da corrida armamentista, vivido entre o Ocidente e a União Soviética. A ideologia da segurança nacional foi assumida pelos governos e ditaduras. Os regimes de repressão se multiplicaram e as perseguições políticas com partidos únicos ou similares geraram medo e insegurança. O desaparecimento de pessoas é frequente em vários países. Após vinte anos da Declaração dos Direitos Humanos pela ONU, em 1948, e sua enfática defesa feita pelo Papa João XXIII na Encíclica *Pacem in Terris*, publicada em 1963, estes mesmos direitos foram desrespeitados sistematicamente pelos regimes autoritários implantados manu militari em vários países da região. Este clima dominou nas décadas seguintes.

2.2 A POLÍTICA EM MEDELLÍN: ESTRUTURAS DE PECADO – VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA

O vento renovador que soprou sobre o Concílio Vaticano II também esteve presente em Medellín. A abertura oficial, realizada em Bogotá, uma jornada histórica, com a presença pela primeira vez de um papa, Paulo VI, na América Latina, bem demonstrou a importância da mesma. A Conferência visou implantar especialmente as decisões do Concílio Vaticano II, concluído em 1965.

No dia anterior à abertura da Conferência, em encontro com os camponeses, o Papa Paulo VI (1968a) usou palavras claras em relação à situação dos mesmos, “conhecemos suas condições de vida: para muitos de vós são humanas. Agora vós nos escutais em silêncio: mas nós escutamos antes o grito que se eleva de vossos sofrimentos e os da maioria da humanidade.

E prosseguiu:

Sabemos que o desenvolvimento econômico e social foi desigual no grande continente da América Latina; e embora tenha favorecido os que o promoveram, em princípio, descurou da massa das populações nativas, quase sempre abandonadas a um ignóbil nível de vida e por vezes tratadas e exploradas duramente (Medellín, 1968).

No discurso de abertura da Conferência, Paulo VI, além de falar das reformas do Concílio que desejava ver implantadas na América Latina, mostrou-se atento à realidade regional, apelando

para que se buscasse a justiça e a paz social, superando as desigualdades de classes, instaurando uma civilização moderna e cristã. Apontou linhas de orientação pastoral e também fez uma leitura com um forte caráter político: “não podemos ser solidários com sistemas e estruturas que cobrem e favorecem graves e opressoras desigualdades entre as classes e os cidadãos de um mesmo país” (Medellín). Diante dos desafios concretos daquele momento, o Papa destacou a Doutrina Social da Igreja, a necessidade de superar a luta de classes e o dever de buscar “a transformação profunda e visionária que a sociedade, em muitas situações, ainda necessita hoje” (Medellín).

No decorrer dos intensos debates da Conferência, já se pôde sentir os primeiros e vigorosos passos daquela linha que será denominada Teologia da Libertação, marcada pela opção preferencial pelos pobres e oprimidos. A voz profética se levantou em primeiro lugar na denúncia do que a Conferência chamou de estruturas de pecado. Citando os documentos preparatórios, o Documento final afirmou que: “Em todos eles descrevem a miséria que marginaliza grandes grupos humanos em nossos povos. Essa miséria, como fato coletivo, se qualifica de injustiça que clama aos céus” (Medellín, p.3).

O Documento apontou inúmeras situações de injustiça e opressão que atingem a juventude, a família, os camponeses, os trabalhadores, a mulher, os sindicatos, os produtores, enfim toda a sociedade envolvida em estruturas opressoras. Portanto, não se trata de algo conjuntural, mas estrutural, caracterizado como estruturas de pecado e geradoras de tensão e angústia, a ponto de se tornarem uma forma de violência institucionalizada.

Destaco uma passagem emblemática em seu conteúdo:

Se o cristão acredita na fecundidade da paz como meio de chegar à justiça, acredita que a justiça é uma condição imprescindível para a paz. Não deixa de ver que a América Latina se acha, em muitas partes, em face de uma situação de injustiça que pode ser chamada de violência institucionalizada, porque as atuais estruturas violam os direitos fundamentais... A violência constitui um dos problemas mais graves da América Latina (Medellín, p.13).

Neste ponto, o Documento retomou uma frase do Papa Paulo VI (Medellín, p.13): “A violência não é nem cristã nem evangélica”. Em outras palavras, os bispos afirmaram que a realidade social da América Latina contradiz o Evangelho e a mensagem do próprio Cristo. E no mesmo contexto de forma enfática os bispos afirmaram que tal “situação atenta tão gravemente contra a dignidade do homem” (Medellín, p.13).

Ainda na dimensão estrutural, o Documento destacou que “as instituições têm um caráter meramente formal” (Medellín, p.3), gerando instabilidade política e acobertando uma realidade social injusta, em que se violam os direitos fundamentais da pessoa, tanto no campo político como social, com milhões de latino-americanos em situação precária de saúde, de analfabetismo, fome e miséria. A situação social é geradora de tensões: “Se o desenvolvimento é o novo nome da paz”, o subdesenvolvimento latino-americano, com características próprias nos diversos países, é uma injusta situação promotora de tensões que conspiram contra a paz! (Medellín p.9)

Ao longo do texto conclusivo da Conferência foi destacado que a pobreza não é algo natural, mas fruto da ação humana e das estruturas implantadas: A pobreza, como carência dos bens deste mundo necessários para uma vida humana digna, é um mal em si. Os profetas a denunciam como contrária à vontade do Senhor e, muitas vezes, como fruto da injustiça e do pecado dos homens.

Em relação aos poderes públicos destaco uma frase crítica sobre a omissão: “São também responsáveis pela injustiça todos os que não agem em favor da justiça na medida dos meios de que dispõem, e ficam passivos por temerem os sacrifícios e riscos pessoais que implica toda ação audaciosa e realmente eficaz” (Medellín, p.14).

No tópico referente à política, o Documento chamou a atenção para a necessidade de reformas estruturais que visem o bem comum, pois “na América Latina tal exercício e decisões frequentemente aparecem favorecendo sistemas que atentam contra o bem comum ou favorecem grupos privilegiados” (Medellín, p.7). Também fez um apelo à participação, especialmente das camadas populares e usou uma linguagem direta, confrontando com as oligarquias e regimes dominantes, sobre a necessidade de conscientização: “Desejamos afirmar que é indispensável a formação da consciência social e a percepção realista dos problemas da comunidade e das estruturas sociais. Devemos despertar a consciência social e hábitos comunitários em todos os meios e grupos profissionais” (Medellín, p.8).

Numa etapa da história regional marcada por regimes de repressão à liberdade, a Igreja afirma que não vai calar e quer assumir inteiramente a responsabilidade histórica que recai sobre ela no presente, na busca de libertação.

Uma observação se tornou fundamental, olhando o momento político e as circunstâncias da Conferência de Medellín: A Igreja latino-americana assumiu uma posição profética de autonomia diante das instituições, poderes e governos dominantes. Tal passo representou uma ruptura com o modelo colonialista e elitista que dominara largamente esta parte do mundo. Rompeu com os poderes estabelecidos e as elites tradicionais, que sempre entenderam que a política pode ser feita independente do pensamento da Igreja e que este não é um terreno que ela deva opinar. Diante da realidade descrita, a Igreja expressou sua palavra condenando duramente estruturas dominantes que oprimem. Foi o primeiro Documento oficial do conjunto dos bispos Latino-americanos que se posicionou abertamente por mudanças estruturais que sejam condizentes com a Doutrina Social da Igreja e respeitem os direitos humanos mais fundamentais aqui citados com frequência. A Conferência manifestou-se como uma voz profética de denúncia, quando tantos eram silenciados ou oprimidos política e socialmente.

Naquela circunstância, o CELAM exerceu um papel fundamental e insubstituível, uma vez que muitos bispos eram então forçados a calar para sobreviver. Além da denúncia, um papel fundamental e necessário do profeta é o anúncio, a proclamação do caminho e do horizonte a partir da revelação. Pode-se afirmar que, Medellín assumiu institucionalmente algo muito próprio e que marcou profundamente as décadas seguintes no processo de evangelização da América Latina, e influenciou a própria Igreja: a opção preferencial pelos pobres, como veremos a seguir. Num mundo de opressão, Medellín assumiu com coragem e vigor o aspecto mais belo da profecia: o anúncio da libertação.

2.3 DIMENSÃO PROFÉTICA: A OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES

Face ao contexto latino-americano: o que a Igreja tem a dizer para os seus fiéis e para a sociedade? Os próprios bispos responderam, propondo um caminho de transformação:

Diante das tensões que ameaçam a paz, chegando inclusive a insinuar a tentação da violência; diante da concepção cristã da paz que ficou descrita acima, cremos que o Episcopado latino-americano não pode deixar de assumir responsabilidades bem concretas, porque criar uma ordem social justa, sem a qual a paz é ilusória, é uma tarefa eminentemente cristã (Medellín, p.14).

Diante de estruturas que violam os direitos fundamentais, “a situação exige transformações globais, audaciosas, urgentes e profundamente renovadoras” (Medellín, p.13). A Igreja se coloca ao lado dos fracos porque deve “defender segundo o mandato evangélico o direito dos pobres e oprimidos (p.15). É tarefa da Igreja promover a libertação integral: política, econômica, social e humana.

O Documento de Medellin chamou para a construção de uma consciência de maior solidariedade com as nações subdesenvolvidas, para a superação de privilégios. Reconheceu a necessidade de mudanças profundas diante de uma época cheia de anseio de emancipação total, de libertação diante de qualquer servidão. Condenou com veemência a guerra e a luta de classes diante de um mundo então polarizado, entre o modelo capitalista ocidental e o modelo comunista.

A promoção humana é a linha de ação em favor do pobre, respeitando sua dignidade pessoal, ensinando-lhe a ajudar-se a si mesmo. Esta opção e ação é vista como uma exigência evangélica. Corajosamente os bispos apelaram para uma educação libertadora: propor uma visão da educação mais conforme com o desenvolvimento integral que propugnamos para nosso continente; chamá-la-íamos de “educação libertadora”, isto é, que transforma o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento. Deve buscar antecipar o futuro almejado.

A transformação social para uma sociedade mais justa gerará a paz: “A paz é, antes de mais nada, obra da justiça”, conforme o Concílio Vaticano II (*Gaudium et Spes*, 2000, n.73). Ela supõe e exige a instauração de uma ordem justa, como indicam especialmente as encíclicas *Pacem in Terris* e *Populorum Progressio* do Papa João XXIII. Neste sentido, enfatizaram os bispos latino-americanos, no limiar de uma nova época, o apelo de libertação que brota na América Latina: Um surdo clamor nasce de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes chega de nenhuma parte.

Neste contexto, a América Latina anseia por uma Igreja que deve ser pobre por uma exigência evangélica, a Igreja é chamada a viver a pobreza evangélica

A Igreja da América Latina, dadas às condições de pobreza e subdesenvolvimento do continente, sente a urgência de traduzir esse espírito de pobreza em gestos, atitudes e normas, que a tornem um sinal mais lúcido e autêntico do Senhor. A pobreza de tantos irmãos clama por justiça, solidariedade, testemunho, compromisso, esforço e superação para o cumprimento pleno da missão salvífica confiada por Cristo. Isto há de se concretizar na denúncia da injustiça e da opressão, na luta contra a intolerável situação suportada frequentemente pelo pobre, na disposição de dialogar com os grupos responsáveis por

essa situação, para fazê-los compreender suas obrigações. Por tudo isso queremos que a Igreja da América Latina seja evangelizadora e solidária com os pobres, testemunha do valor dos bens do Reino e humilde servidora de todos os homens de nossos povos. (*Gaudium et Spes*, 2000, n.63)

Portanto, Medellín assumiu uma vigorosa opção preferencial pelos pobres, como tomada de posição política decorrente do Evangelho, clamando por libertação, justiça e mudança estrutural. Onze anos mais tarde, muitas dessas posições são reafirmadas ou aprofundadas diante de um contexto que se agravava em alguns países latino-americanos.

3. PUEBLA (1979): A DIGNIDADE HUMANA E OS ROSTOS CONCRETOS DA DOR

3.1 O CONTEXTO LATINO-AMERICANO PÓS-MEDELLÍN

A passagem dos anos sessenta para os setenta, não só manteve o panorama anteriormente descrito como aprofundou o modelo político-econômico sustentado pelos Estados Unidos na região. Alguns regimes deixaram cair suas máscaras e assumiram um forte caráter repressivo, apoiando até mesmo a tortura e uma aberta perseguição política, fechando parlamentos e outras instituições da sociedade civil. Assim, no intervalo entre as duas conferências do CELAM, foram implantadas ditaduras duríssimas ou governos militares na Bolívia (1969), Uruguai (1973), Chile (1973), Peru (1975), Argentina (1976), Nicarágua (1978). Os conflitos armados foram constantes. Os anos de chumbo pesam sobre uma população desprotegida e sem condições de resistência. Alguns países viveram naquela década alguns dos dias mais sombrios de sua história. Uma verdadeira negação da sua história, tão humana, tão rica, tão bela.

O contexto sociológico permanece, com intensas migrações internas, processo de urbanização descontrolado, uma pobreza persistente. Esta situação está muito presente durante a terceira Conferência do episcopado latino-americano, que se manifesta muito sensível à dor do seu povo.

3.2 A POLÍTICA EM PUEBLA

A situação interna em vários países gerou diferentes reações à Igreja durante a década que separa Puebla de Medellín. Registrou-se em diversos países prisões, perseguição política, exclusão, assassinatos de bispos, padres e leigos. Os órgãos de repressão se infiltraram em setores das dioceses, paróquias, igrejas. A Igreja passou a ser vista como “subversiva”. A grande mídia se alinhou ao poder econômico e faz um trabalho ideológico, acobertando ou descaracterizando a dolorosa realidade.

Alguns setores já manifestavam uma reação. No Brasil, por exemplo, os bispos e superiores religiosos do regional do Nordeste publicaram, em maio de 1973, um texto marcante: “Eu ouvi os clamores do meu povo”. A emergência da Teologia da Libertação gerou tensões dentro do próprio episcopado, com divisões entre conservadores e progressistas e mesmo entre teólogos

latino-americanos e a Cúria Romana. A relação entre fé e política é debatida intensamente.

O Documento de Puebla fez uma profunda análise sociológica, em que apontou com clareza os graves problemas da América Latina: pobreza, marginalidade, desigualdade social, analfabetismo, falta de esperança. Um ponto fundamental do Documento é a afirmação da gravidade da situação, que não é conjuntural, mas estrutural: “Ao analisarmos mais a fundo tal situação, descobrimos que essa pobreza não é uma etapa transitória, e sim produto de situações e estruturas econômicas sociais e políticas que dão origem a esse estado de pobreza, embora haja também outras causas da miséria” (Puebla, n.30). Em outra passagem, o texto complementa indicando que a América Latina vivia uma institucionalização da injustiça e da violência. Numa veemente denúncia, os bispos afirmam: “Também aumenta, com frequência, a injustiça que se pode chamar de institucionalizada” (Puebla, n.48). Os bispos apontam a contradição com a fé: “Em povos de arraigada fé cristã impuseram-se estruturas geradoras de injustiça” (Puebla, n.437). E contudo, são sustentados regimes de exceção coniventes com esta realidade social injusta: “Reconhecemos com pesar a presença de muitos regimes de opressão em nosso continente” (Puebla, n.500).

Destaco aqui uma passagem que se tornou marcante quando mostra quem são os pobres da América Latina, com “o rosto desfigurado” de povos marginalizados:

Esta situação de extrema pobreza generalizada adquire, na vida real, feições concretudinalíssimas, nas quais deveríamos reconhecer os rostos sofredores de Cristo, o Senhor: rostos de crianças, - rostos de jovens, - rostos de indígenas – rostos de afro-descendentes – rostos de operários, - rostos de anciãos – rostos de subempregados e desempregados, -rostos de mulheres – rostos de marginalizados e amontoados das nossas cidades (Puebla, p.31-32).

O desrespeito aos direitos humanos é condenado repetidamente. A opressão política já denunciada em Medellin retorna, pois em algumas regiões não só não desapareceu como se tornou ainda mais grave. Somaram-se a isto as angústias produzidas pelo abuso do poder, típicas dos regimes de força. Angústias causadas pela repressão sistemática ou seletiva, acompanhada de delação, de violação da privacidade, de pressões exageradas, de torturas, de exílios. A guerrilha, o terrorismo, os sequestros foram duramente condenados. Em relação às ideologias políticas dominantes, inicialmente o Documento de Puebla destacou as ideologias da Segurança Nacional, aquelas que dão sustentação aos regimes totalitários e autoritários opressores como causa de insegurança e violação dos direitos humanos (Puebla, 1979, n.49).

Na década de setenta correntes políticas defendiam o liberalismo em confronto com o risco de implantação do comunismo. Os bispos condenaram tanto a ideologia liberal como a marxista, reafirmando a Doutrina Social da Igreja. A ideologia liberal que predominou alargou a distância entre ricos e pobres, valorizando mais o capital que o trabalho. A ideologia marxista não foi apresentada como alternativa, mas rejeitada pela Igreja, por negar valores cristãos, propor um materialismo coletivista, criar utopias inviáveis e usar o instrumento da força, aumentando a violência. O episcopado afirmou que os países da América Latina não aceitavam ser satélites de nenhum país do mundo nem tampouco das ideologias que lhe são peculiares. E logo adiante

acrescentaram: “Outro ponto que nos faz estremecer as entranhas e o coração é a corrida armamentista” (Puebla, n.8).

Em relação aos sistemas sociopolíticos dominantes no continente, os bispos afirmaram com veemência que se instalou um verdadeiro sistema de pecado social, contradizendo o Evangelho e a história destes povos. Nesta angústia e dor, a Igreja identificou uma situação de pecado social, cuja gravidade é tanto maior quanto se dá em países que se dizem católicos e que têm a capacidade de mudar” (Puebla, n.28). Neste contexto, ecoaram vozes libertadoras, como a de Dom Pedro Casaldaliga, Dom Hélder Câmara, Dom Evaristo Arns, Dom Raul Silva Henriques, Dom Enrique Angelelli, e logo após Puebla uma outra voz em El Salvador, que foi silenciada pelas armas: São Oscar Romero, que clamava: “Em nome de Deus, em nome deste povo sofredor, cujos lamentos sobem até o céu cada dia mais tumultuosos, eu lhes suplico, eu lhes rogo, eu lhes ordeno: cessem a repressão!...Em nome de Deus: não matem seus irmãos” (Romero, 1980).

Em várias oportunidades, como identificado acima, os diferentes contextos – econômico, social, político, cultural – foram denominados com termos contundentes: injustiça institucionalizada, sistema de pecado, ou pecado social. A Igreja denunciou estas estruturas sociais que violam os direitos humanos mais fundamentais, como o direito à vida digna, à saúde, à educação, à superação da fome, à moradia, ao salário justo, ao repouso. Diante desta realidade, socialmente injusta, politicamente opressora, economicamente desigual, diante da dor deste povo sofrido o que a Igreja propôs em Puebla?

Medellin já manifestara uma profunda ruptura com uma posição tradicional da Igreja latino-americana: mudou o seu lugar social. Isto é: a mudança significou ruptura com as elites tradicionais no campo da economia; no campo da política ruptura com os grupos do poder dominante e seus regimes de opressão. A dependência econômica, social, dos países hegemônicos do hemisfério norte, aliados a elites locais foi profundamente questionada e interpelada diante do quadro de pobreza da imensa maioria. Tratou-se de colocar em xeque o modelo neocolonial. Reafirmar a opção preferencial pelos pobres foi se definir, tomar uma decisão e, portanto, o exercício de uma posição política, porque a existência de pobres decorre de uma estrutura sociopolítica opressora de pecado. Esta opção é evangélica, porque foi a opção do próprio Cristo.

A partir de uma leitura sociológica, podemos afirmar que tanto em Medellin como em Puebla foi superada a visão positivista-funcionalista de que a ordem social vigente é a ordem ideal e, portanto, deve ser preservada, sofrendo pequenos ajustes ou reformas, sem contudo ser mudada. A proposição de reformas estruturais profundas caminha para uma leitura crítico-histórica da realidade, que não só pode, mas deve ser transformada.

Este posicionamento da Igreja causa um profundo desconforto e reação em amplos setores da sociedade, especialmente nas classes dominantes alinhadas aos poderosos do mundo da política. A repressão já explícita deixa cair as suas máscaras e em breve, em vários países fará novos mártires que com seu sangue regarão esta terra para que um dia haja ao menos um pouco de justiça, liberdade e paz.

3.3 DIMENSÃO PROFÉTICA: A LIBERTAÇÃO NECESSÁRIA

Face à conjuntura exposta, os bispos se mostraram sensíveis porque: “Do coração dos vários países que formam a AL está subindo ao céu um clamor cada vez mais impressionante. É o grito de um povo que sofre e que reclama justiça, liberdade e respeito aos direitos fundamentais dos homens e dos povos” (Puebla, n.87). Profeticamente, quando muitos são calados, eles denunciam os “mecanismos geradores de pobreza” (Puebla, n. 1160) e uma “realidade escandalosa da América Latina” (Puebla, n.1154).

Os bispos reivindicaram mudanças estruturais com vida digna para todos: “A mudança necessária de estruturas sociais, políticas e econômicas injustas, não será verdadeira e total se não for acompanhada pela mudança das estruturas mentais, relativas ao ideal de uma vida humana digna e feliz, que por sua vez dispõe para a conversão” (Puebla, n. 1155). Repetindo as palavras do Papa na abertura, pediram “que sejam derrubadas as barreiras da exploração, contra as quais são impotentes os melhores esforços de promoção” (Puebla, n.28). E acrescentaram que a Igreja vê com profunda dor “o aumento maciço, por vezes, de violações de direitos humanos” e lembrando a *Evangelii Nuntiandii* afirmam “[...] o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos, entre os quais a Igreja identifica muitos dos seus filhos; o dever de acelerar essa libertação, de dar testemunho e de garantir que ela seja total”. Por isso mesmo, a evangelização supõe o conhecimento da realidade e o compromisso do Povo de Deus para superar “a situação de miséria, marginalização, injustiça e corrupção, que fere o nosso continente” (Puebla, n. 281) e “construção duma sociedade nova, para o povo e com o povo” (Puebla, n.1120). Em vários pontos os bispos assumiram a defesa dos direitos humanos, e foram solidários com todos os que lutam por justiça, e têm um compromisso com os mais necessitados.

Tal realidade social da pobreza é a ante evangélica e sinônimo de exploração, de opressão, de uma situação desumana” (Puebla, n.28). Um escândalo e uma contradição com o ser cristão, “a brecha crescente entre ricos e pobres”. Puebla denunciou que o luxo de alguns poucos se converteu em insulto contra a miséria das grandes massas e que isto “é contrário ao plano do Criador e à honra que lhe é devida. Nesta angústia e dor, a Igreja discerne uma situação de pecado social” (Puebla, n. 44 e 45).

A opção pelos pobres tornou-se o eixo teológico articulador, porque: “o melhor serviço ao irmão é a evangelização que o liberta das injustiças, o promove integralmente e o dispõe como filho de Deus, o liberta das injustiças e o promove integralmente” (Puebla, n.1145). Isto implica “a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação” (Puebla, n. 1134). Este serviço exige uma conversão para “uma identificação cada dia mais plena com Cristo pobre e com os pobres” (Puebla, n.1140).

Esta opção preferencial pelos pobres deve levar a construir um projeto histórico concreto: uma civilização do amor, baseada na comunhão e na participação, porque a verdadeira libertação vem de Jesus Cristo (Puebla, n.281). Como o próprio Documento de Puebla ressaltou, destaque este ponto pela sua novidade e pelo destaque que teve no magistério do Papa Francisco:

A Igreja evangelizadora faz um veemente apelo para que os jovens nela busquem o lugar de sua comunhão com Deus e os homens a fim de construir “a civilização do amor” e edificar a paz na justiça. Convida-os a que se comprometam eficazmente numa ação evangelizadora que não exclua ninguém, de acordo com a situação em que vivem, e tendo predileção pelos mais pobres (Puebla, n. 1188).

Ao olhar para o Documento de Puebla, pode-se afirmar que nele aparece o rosto da Igreja latino-americana. Também se mostra a forte influência que a Teologia da Libertação exerceu no continente naquele momento histórico¹. A dimensão de uma Igreja profética, pobre com os pobres e sofredores marcou profundamente aquele período, em continuidade com Medellín. Em Santo Domingo haverá continuidade ou mudanças?

4. SANTO DOMINGO (1992): NOVA EVANGELIZAÇÃO E DESAFIOS SOCIOPOLÍTICOS

4.1 O CONTEXTO LATINO-AMERICANO PÓS-PUEBLA

A quarta conferência do CELAM realizou-se em espaço simbólico: no local onde chegaram os primeiros europeus na América, após quinhentos anos. Também num momento marcante da história: na passagem de civilização. Portanto, a Conferência de Santo Domingo aconteceu num tempo sob o signo das mudanças em todos os campos simultaneamente.

Especificamente na América Latina, ocorreram mudanças significativas entre a Conferência de Puebla e Santo Domingo no continente. No campo político, observava-se que a maioria dos países latino-americanos viviam certo distensionamento com a queda das ditaduras militares, e a transição lenta para regimes democráticos; mas ainda formais, com instituições pouco consolidadas, sistemas partidários instáveis, forte desconfiança popular em relação à política. Contudo, no campo social-econômico manteve-se a pobreza estrutural, a exclusão, a concentração de renda, o crescimento acelerado das periferias urbanas, novas formas de pobreza urbana em consequência da migração rural. O narcotráfico se expandiu, com o aumento da violência e da criminalidade. Os movimentos populares, vigorosos nas duas décadas anteriores, declinaram acentuadamente.

Além disso, no campo político também se consolidou gradativamente o neoliberalismo, com políticas de privatização, redução do papel do Estado, abertura econômica, precarização do trabalho, gerando o aumento das desigualdades sociais. Instalou-se rapidamente uma sociedade de consumo, relativizando valores éticos tradicionais, vistos como superados.

No plano internacional, o mundo também viveu profundas mudanças: a queda do muro de Berlim (1989) pôs fim à guerra fria e enfraqueceu os projetos alternativos ao capitalismo liberal, bem como as ideologias revolucionárias de inspiração marxista. Aos poucos, foi se desenhando uma nova ordem mundial, denominada globalização. Cresceu a influência dos meios de comunicação. A globalização cultural avançou rapidamente, homogeneizando e dominando a cultura a partir dos países

¹ Entre as inúmeras publicações daquela década vale destacar que no ano de 1972, Leonardo Boff, lançava a sua marcante obra: *Jesus Cristo Libertador*, Petrópolis: Vozes.

ricos. No campo religioso acentuou-se o pluralismo religioso, com um crescimento significativo das igrejas evangélicas, pentecostais, neopentecostais e uma respectiva diminuição da influência da Igreja Católica. Diante destes fenômenos, após a comemoração dos 500 anos de evangelização da América Latina, qual é a palavra dos bispos deste subcontinente para os seus povos?

4.2 A POLÍTICA EM SANTO DOMINGO

Quando se trata da política no Documento de Santo Domingo, uma primeira observação torna-se relevante: nesta Conferência registrou-se uma mudança de enfoque em relação às anteriores. Santo Domingo, senão abandonou, ao menos amenizou a leitura estrutural da realidade, a denúncia das “estruturas de pecado”, o forte tom político-profético tanto de Medellín como de Puebla. Diminuiu a análise político-estrutural e a política passou do centro para a periferia do discurso eclesial. Não significa a ausência da questão mas uma significativa mudança de enfoque.

O Documento (Santo Domingo, 1993) afirmou o respeito da Igreja pela autonomia da ordem temporal destacando que a Igreja não tem um modelo específico de regime político. Mas, citando o Papa João Paulo, afirma que: “A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia” (Santo Domingo, n.190), e deve “Proclamar insistentemente à sociedade civil os valores de uma genuína democracia pluralista, justa e participativa” (Santo Domingo, n. 193). Contudo, os bispos registraram, que em alguns países a democracia vem se deteriorando devido “à corrupção administrativa, distanciamento das lideranças partidárias com relação aos interesses das bases e as reais necessidades da comunidade; vazios programáticos e desatenção do social e ético-cultural da parte das organizações partidárias; governos eleitos pelo povo que não se orientam eficazmente para o bem comum; muito clientelismo político e populismo, porém pouca participação” (Santo Domingo, n.192). Ao mesmo tempo que destacaram que progrediu a consciência dos direitos humanos (Santo Domingo, n.166), também cresceu o problema da violação de alguns direitos e incrementaram-se condições sociais e políticas adversas.

Sob o olhar sociológico, o Documento apontou para a deterioração das condições de trabalho (Santo Domingo, n.183) e denunciou a concentração de terras: “cinco séculos de presença do Evangelho... não instauraram ainda uma equitativa distribuição dos bens da terra, que infelizmente ainda está nas mãos de uma minoria” (Santo Domingo, n.174). Os bispos são sensíveis à pobreza e miséria de milhões de latino-americanos: “é o mais devastador e humilhante flagelo que vive a América Latina e Caribe!” (Santo Domingo, n.179). Contudo, evitou-se qualquer alinhamento político com projetos ideológicos ou uma linguagem de confronto político. Pois a política deve estar a serviço da pessoa e do bem comum e os cristãos são estimulados a uma formação da consciência política, segundo a Doutrina Social da Igreja.

As mudanças que registramos na análise do contexto também influenciaram significativamente na postura dos bispos em Santo Domingo. Sem dúvida as posições assumidas pelo Papa João Paulo II na abertura foram o elemento balizador da posição dos bispos. Se nas conferências anteriores predominou uma linha progressista no campo político, em Santo Domingo as posições foram mais conservadoras, com certa contenção institucional da Teologia

da Libertação. Repetidas vezes recomendou-se um maior conhecimento e aprofundamento da Doutrina Social da Igreja.

4.3 A DIMENSÃO PROFÉTICA: EM CRISTO A VERDADEIRA LIBERTAÇÃO

Esta dimensão sempre aponta os problemas e encaminha para o anúncio. No primeiro ponto os bispos denunciaram as desigualdades estruturais persistentes, a destruição das economias estatais, o neoliberalismo (Santo Domingo, n.198) e afirmaram que viram aumentar a lista dos rostos sofridos assinalados em Puebla como aqueles desfigurados pela fome, aterrorizados pela violência, envelhecidos por condições de vida infra-humanas, angustiados pela sobrevivência familiar (Santo Domingo, n.179). Também foram citados os problemas decorrentes da deterioração da vida nas cidades, as condições de vida indigna dos indígenas e camponeses despojados de suas terras, as queimadas na Amazônia e outras regiões (Santo Domingo, n.169).

No mais belo ponto da dimensão profética – o anúncio – os bispos proclamaram que a Conferência decide “assumir com decisão renovada a evangélica opção preferencial pelos pobres” (Santo Domingo, n. 180), e “a dar testemunho autêntico de pobreza evangélica em nosso estilo de vida e em nossas estruturas eclesiais, tal qual Ele fez” (Santo Domingo, n.178) e que saibamos descobrir o próprio rosto do Senhor nos rostos sofridos dos irmãos (Santo Domingo, n. 179). Destacou-se que “o seguimento de Cristo significa comprometer-se a viver segundo seu estilo” (Santo Domingo, n. 160). Enfatizou a dignidade humana, a defesa da vida num mundo globalizado, a defesa dos Direitos Humanos a partir do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja. Ao mesmo tempo que defendeu a promoção humana. O tom sobre as reformas estruturais diminui sensivelmente, quase desapareceu. Aborda de modo geral a degradação ambiental (Santo Domingo, n.169-170). Porém, mudou o enfoque e mudou o tom da abordagem crítica social.

Ao analisar a conferência de Santo Domingo é indispensável observar que ela se colocou na perspectiva dos 500 anos de presença do homem europeu na América Latina. Foi inaugurada no dia 12 de outubro de 1992, no local em que acostou Colombo. Fez uma reflexão crítica sobre o processo de evangelização, com o reconhecimento das sombras e luzes, das injustiças históricas contra os povos indígenas e afrodescendentes, e reafirmou sua missão com a proposta de uma nova evangelização, tema central de toda a Conferência.

Quinze anos depois, em Aparecida alguns temas retornaram e outros enfoques apareceram.

5. APARECIDA (2007): DISCÍPULOS MISSIONÁRIOS TRANSFORMANDO A SOCIEDADE

5.1 CONTEXTO NA ENTRADA DO NOVO SÉCULO

Na virada do milênio, o panorama mundial apresentou um fenômeno que marcou profundamente os últimos anos do século passado e marca os primeiros anos deste século: aprofundou-se a passagem de civilização com mudanças simultâneas em todos os campos e em

todo o mundo. Assistimos a um verdadeiro desmonte da antiga ordem mundial, enquanto foi sendo gestada a nova. Torna-se consensual que se vivia uma passagem de época. Tudo o que representava o passado passou a ser visto como superado. O novo se tornou um valor em si. Os pilares da modernidade – educação, família, Estado, religião – são profundamente atingidos, questionados ou mesmo negados. O processo de secularização, apoiado na pós-modernidade avançou significativamente. No campo econômico, o neoliberalismo ainda continua, embora com menos força, com o enfraquecimento do papel do Estado, especialmente nas políticas sociais, avanço das privatizações, precarização do trabalho e severa perda de credibilidade de instituições internacionais. No campo da economia aumentou a concentração de renda e também o fosso entre ricos e pobres.

No campo social, a urbanização continua acelerada especialmente na América Latina, África e Ásia. Este processo rompeu um padrão milenar: no final da primeira década do século XXI, pela primeira vez em toda a história humana, a população urbana superou o número da população rural. O mundo que fora majoritariamente rural em todo o longo passado, agora se tornou urbano. Isto impacta toda a história, toda a sociedade. Sinteticamente, estas são as marcas do tempo em que acontece a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, em Aparecida, Brasil e que perpassam o contexto atual.

5.2 A POLÍTICA EM APARECIDA

Nos quinze anos que separam Santo Domingo e Aparecida mudanças importantes aconteceram no mundo da política. O avanço do neoliberalismo foi relativamente freado. Na política, ao menos oito países da região são governados pela esquerda, entre eles Brasil e Argentina. O papel do Estado é em parte recuperado e as políticas públicas assumiram um caráter mais social, mas permaneceu a desconfiança nas elites políticas tradicionais, os sistemas políticos instáveis, a corrupção, a judicialização da política e outras mazelas.

Destaco inicialmente uma observação profunda de caráter antropológico e mesmo teológico: os bispos reconheceram as grandes mudanças e o alcance global das mesmas, porém constataram que: “nesse novo contexto social, a realidade para o ser humano se tornou cada vez mais sem brilho e complexa” (Aparecida, n. 36 e 37), gerando uma crise de sentido, diluindo uma preciosa tradição. Depois de reconhecer os graves problemas sociais em relação à mulher, aos afrodescendentes, indígenas, jovens, crianças, os bispos apontaram os problemas econômicos como a concentração da renda, a neodependência, o capital especulativo, a alarmante corrupção, subemprego, a concentração das terras, dentre outros,. Os bispos dedicaram um item específico para a política.

Depois de constatar um certo avanço no campo democrático, apontaram o avanço de formas autoritárias e a emergência de um neopopulismo e a face meramente formal da democracia de diversos regimes e insistiram “que é necessária uma democracia participativa e baseada na promoção e respeito dos direitos humanos. Uma democracia sem valores, como os mencionados, se torna facilmente uma ditadura e termina traindo o próprio povo” (Aparecida, n.74). Denunciaram

um grave problema: “o recrudescimento da corrupção na sociedade e no Estado, envolvendo os poderes legislativos e executivos em todos os níveis, alcançando também o sistema judiciário que, muitas vezes, inclina seu juízo a favor dos poderosos” (Aparecida, n.77). A discriminação em relação aos afrodescendentes e indígenas continua.

5.3 DIMENSÃO PROFÉTICA: DA GLOBALIZAÇÃO EXCLUDENTE PARA A CIVILIZAÇÃO DO AMOR

Os avanços, anteriormente citados, não atingiram todos da mesma forma, pois “em alguns países têm aumentado a repressão, a violação dos direitos humanos, inclusive o direito à liberdade religiosa, a liberdade de expressão e a liberdade de ensino, assim como o desprezo à objeção de consciência” (Aparecida, n.80). O quadro da violência, nas várias formas e agentes como o crime organizado e o narcotráfico, grupos paramilitares, violência comum sobretudo na periferia das grandes cidades, também foi registrado pelos bispos (Aparecida, n. 78 e ss). Os bispos apontaram que “persistem estruturas injustas que geram pobreza, exclusão e violência, e que clamam ao céu” (Aparecida, n.82).

A partir deste olhar afirmaram que: “Tudo isso mostra que não pode existir democracia verdadeira e estável sem justiça social, sem divisão real de poderes e sem a vigência do Estado de direito. O crescimento de uma consciência política deve conduzir a democracia participativa e estão se criando maiores espaços de participação”. Esses grupos estão tomando consciência do poder que têm nas mãos e da possibilidade de gerarem mudanças importantes para a conquista de políticas públicas mais justas, que “revertam sua situação de exclusão” (Aparecida, n.75).

Numa leitura mais abrangente, em Aparecida, os bispos fizeram duras críticas à globalização, que favorece uma concentração de poder e riqueza nas mãos de poucos, e aumenta a exclusão social, econômica e cultural de grandes setores da população (Aparecida, n. 60 e ss). Também observaram que “é positiva a globalização da justiça, no campo dos direitos humanos e dos crimes contra a humanidade” (Aparecida, n.82). De modo sintético pode-se afirmar que em Aparecia a Igreja latino-americana, atuando como defensora dos direitos humanos, levantou sua voz crítica diante da exclusão social, com um distanciamento institucional de projetos partidários, condenando a desigualdade, o narcotráfico, a violência, a corrupção, o enfraquecimento da ética pública mantendo a opção preferencial pelos pobres. A polarização política ainda não é mencionada, mas as críticas aos modelos vigentes já antecipam uma posição.

Neste contexto, em continuidade com as conferências anteriores, os bispos se posicionaram muito claramente ao lado dos excluídos, dos pobres e sofredores e propuseram uma Igreja discípula, missionária e comprometida com a vida plena, sem se confundir com projetos ideológicos. A missão inclui a transformação das estruturas sociais à luz do Evangelho, com forte defesa do bem comum, da justiça, da participação cidadã e da ética na política.

Os bispos assumiram uma dimensão muito própria da Igreja neste continente: “Dentro dessa ampla preocupação pela dignidade humana, situa-se nossa angústia pelos milhões de latino-americanos e latino-americanas que não podem levar uma vida que corresponda a essa dignidade. A opção preferencial pelos pobres é uma das peculiaridades que marca a fisionomia da Igreja latino-americana e caribenha”

(Aparecida, n. 391). Por isso, a Igreja deve ser “advogada da justiça e defensora dos pobres” (Aparecida, n. 223 e ss), diante das “intoleráveis desigualdades sociais e econômicas”, que “clamam ao céu”. E destacaram: “Assumindo com nova força essa opção pelos pobres, manifestamos que todo processo evangelizador envolve a promoção humana e a autêntica libertação, sem a qual não é possível uma ordem justa na sociedade” (Aparecida, n.399).

Tal missão foi assumida diante dos novos rostos dos pobres:

Os migrantes, as vítimas da violência, os deslocados e refugiados, as vítimas do tráfico de pessoas e sequestros, os desaparecidos, os enfermos de HIV e de enfermidades endêmicas, os tóxicos dependentes, idosos, meninos e meninas que são vítimas da prostituição, pornografia e violência ou do trabalho infantil, mulheres maltratadas, vítimas da exclusão e do tráfico para a exploração sexual, pessoas com capacidades diferentes, grandes grupos de desempregados/as, os excluídos pelo analfabetismo tecnológico, as pessoas que vivem na rua das grandes cidades, os indígenas e afro-americanos, agricultores sem-terra e os mineiros (Aparecida, n.400).

As realidades latino-americanas, com “muitos abandonados, excluídos e ignorados em sua miséria e dor, contradizem a esse projeto do Pai” e “os rostos sofredores dos pobres são rostos sofredores de Cristo” (Aparecida, n.358). A Igreja latino-americana deve ser a casa do pobre: “A Igreja de Deus na América latina e no Caribe é sacramento de comunhão de seus povos. É morada de seus povos; é casa dos pobres de Deus” (Aparecida, n. 524). Esta opção é evangélica, pois nossa fé proclama que: “Jesus Cristo é o rosto humano de Deus e o rosto divino do homem”. Por isso, “a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica, naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com sua pobreza (Aparecida, n. 392 e 393)”. Esta opção é libertadora: “O rico magistério social da Igreja nos indica que não podemos conceber uma oferta de vida em Cristo sem um dinamismo de libertação integral, de humanização, de reconciliação e de inserção social” (Aparecida, n. 359) e a partir da *Gaudium et Spes*: “Deve ser integral, isto é, promover todos os homens e o homem todo” (Aparecida, n.399).

No Documento de Aparecida, lugar especial foi reservado aos leigos - discípulos missionários para o serviço ao mundo – (Aparecida, n.280) e que devem ser “homens da Igreja no coração do mundo, e homens do mundo no coração da Igreja” (Aparecida, n. 209), formados para “atuar à maneira de fermento na massa para construir uma cidade temporal que esteja de acordo com o projeto de Deus” (Aparecida, n. 505). E retomando a *Evangelii Nuntiandi* destacou o seu lugar:

O espaço próprio de sua atividade evangelizadora é o mundo vasto e complexo da política, da realidade social e da economia, como também da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos ‘mass media’, e outras realidades abertas à evangelização, como o amor, a família, a educação das crianças e adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento (Aparecida, n. 210). Os leigos especialmente convidados a um engajamento para construção de uma sociedade justa.

Em relação ao meio ambiente, os bispos denunciaram, o que se tornará um grave problema posteriormente: (Aparecida, n. 473) “A riqueza natural da América Latina e do Caribe experimenta hoje uma exploração irracional que vai deixando um rastro de dilapidação, inclusive de morte por toda a nossa região”. Diante deste quadro de morte o próprio futuro é posto em causa: “As gerações que

nos sucederão têm direito a receber um mundo habitável e não um planeta com ar contaminado” (Aparecida, n. 470). De modo geral, confirmaram a luta pela dignidade e direitos humanos. Toda a atuação da Igreja deve ser a partir da opção preferencial pelos pobres: “Que seja preferencial implica que deva atravessar todas as nossas estruturas e prioridades pastorais” (Aparecida, n. 396).

Menção especial merece a parte final do Documento de Aparecida, em que se destaca o rosto mais belo desta parte do mundo: “O Continente da esperança deve conseguir sua integração sobre os fundamentos da vida, do amor e da paz”. E, logo a seguir, emprega uma expressão que marcou momentos e declarações da Igreja em nível mundial: ser uma protagonista na construção de uma civilização do amor: “A América Latina e o Caribe não devem ser só o Continente da esperança. Além disso, devem também abrir caminhos para a civilização do amor” (Aparecida, n. 537).

Por fim, um aspecto meramente cronológico: o período mais longo entre as conferências do CELAM, havia sido de quinze anos entre Santo Domingo e Aparecida. Contudo, atualmente já se passaram dezoito anos da última Conferência Episcopal. A força de Aparecida continua muito viva. Talvez demore algum tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos quase quarenta anos que separam Medellín de Aparecida, ocorreram profundas mudanças em todos os campos na América Latina. Contudo, alguns elementos perpassam as quatro Conferências episcopais. Sob o ponto de vista político perpassa um fio condutor político-profético: a política entendida como expressão do amor pelos povos e instrumento da construção do bem comum. Sem temor, os bispos fizeram uma denúncia profética das estruturas de exclusão: da violência institucionalizada, das estruturas de pecado (Medellín-Puebla) da “cultura do descarte” (Aparecida). Em todas as conferências se fez uma defesa sistemática e ininterrupta dos direitos humanos, da dignidade e da justiça. A Igreja se coloca, para além das ideologias dominantes, como mediadora, defensora e construtora da paz e promotora de diálogo.

Deve se destacar um permanente compromisso social com os deserdados do mundo, os colocados à margem, os sofredores, os pobres, propondo além de reformas conjunturais, mudanças estruturais, para superar situações históricas de injustiça institucionalizadas. A Igreja assumiu uma profunda dimensão profética, diante de estruturas que contradizem o Evangelho, diante de pobreza que são um escândalo teológico, uma realidade que mesmo com quinhentos anos de evangelização, mantém injustiças que clamam aos céus – as conferências são profundamente marcadas pela opção preferencial pelos pobres como sujeitos da evangelização. As conferências demonstraram o rosto latino-americano da Igreja, como afirma Aparecida. Voltaram-se para o pobre porque veem no rosto do pobre o rosto sofredor de Cristo.

Tal posição revela-se não somente profundamente profética, mas oferece para a Igreja de todo o mundo um caminho e uma mensagem que passou a ecoar por outros continentes. Isto pode-se comprovar quando logo depois de Aparecida, o Cardeal Jorge Francisco Bergoglio, principal redator e artífice do documento, é eleito Papa, sucedendo Bento XVI. A força dos documentos da Igreja

latino-americana aparecerá em seu pontificado, por exemplo, quando na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, indicando como seria seu pontificado, cita ao menos 13 vezes explicitamente as conferências do CELAM. A Igreja “em saída” encontra em Medellín e Aparecida muitos pontos de identificação. A globalização profundamente criticada em Aparecida, recebeu do Papa Francisco, um tom severo quando lhe atribuiu uma marca que se difundiu mundialmente: a globalização da indiferença.

Na continuidade histórica, a América que nunca tivera um papa, agora tem um segundo que, embora nascido no norte, traz as características de quem viveu a pobreza e as agruras de uma Diocese pobre no Peru: Leão XIV. Em sua tocante exortação apostólica, *Dilexi te*, também cita explicitamente, seis vezes, os documentos do CELAM e mostra uma profunda sintonia com o Papa Francisco. A citação feita por Leão XIV, na última parte da sua Exortação, traz as duas dimensões – profética e antropológica – dos documentos do episcopado latino-americano: “está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com a sua pobreza” (Aparecida, n. 392).

Enfim, na mensagem final, os Bispos escreveram:

As agudas diferenças entre ricos e pobres nos convidam a trabalhar com maior empenho para ser discípulos que sabem partilhar a mesa da vida, mesa de todos os filhos e filhas do Pai, mesa aberta, inclusiva, na qual não falte ninguém. Por isso, reafirmamos nossa opção preferencial e evangélica pelos pobres (Aparecida, p.271).

Que se realize aquilo que os bispos ao concluir a reunião em Aparecida profeticamente aspiravam: Que a América Latina e o Caribe além do Continente da esperança, abram caminhos para a civilização do amor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CELAM. *Documento de Medellín*: Presença da Igreja na Atual Transformação da América Latina – à luz do Concílio Vaticano II. Disponível em: https://pjmp.org/subsídios_arquivos/CNBB/Medellin-1968-2CELAM-PORTUGUES. Acesso em: jan de 2026.

CELAM. *Evangelização no presente e no futuro da América Latina. Conclusões da Conferência de Puebla*. São Paulo: Paulinas, 1979.

CELAM. *Santo Domingo. IV Conferência do Episcopado Latino-Americano*. Petrópolis: Vozes, 4ª. Ed. 1993.

CELAM. *Documento de Aparecida*. Brasília: CNBB, 2007.

LEÃO XIV. *Dilexi te*. São Paulo: Loyola, 2025.

VATICANO. *Concílio Vaticano II. Compêndio do Vaticano II. Gaudium et Spes*. Petrópolis: Vozes, Ed. 24, 2000.